

# **RUMO À 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**

**SAÚDE EM TODAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS**



**CONFERÊNCIA**   
 **LIVRE, DEMOCRÁTICA E POPULAR**   
 **DE SAÚDE 2023**

**DAS TRABALHADORAS,  
TRABALHADORES,  
ESTUDANTES, USUÁRIAS E  
USUÁRIOS DA FIOCRUZ**

**Rio de Janeiro, 3 de abril de 2023**

## EIXOS PROGRAMÁTICOS

### EIXO 1: POBREZA, FOME E DESPROTEÇÃO SOCIAL

A fome é uma questão política. As formas e meios para o seu enfrentamento tratam em seu conjunto de uma política de inserção social para a qual, mais importante do que distribuir alimentos, é gerar renda, trabalho, resgatar a autoestima e a cidadania. Ações emergenciais não são descartadas, pois “a fome não pode esperar”, já alertava Betinho.

Dados do “Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia COVID-19 no Brasil” (2022) apontam que 33,1 milhões de pessoas convivem diariamente com deficiência nutricional. São 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano. Em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar. É um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018. O campo também enfrenta a fome. Nas áreas rurais, a insegurança alimentar, em todos os níveis, atinge 60% das residências. Desse total, 18,6% das famílias vivem com insegurança alimentar grave. A fome atingiu 21,8% dos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores, especialmente quando não há disponibilidade adequada de água para a produção de alimentos e criação de animais.

O agravamento da fome atingiu o mundo durante a pandemia de COVID-19, mas no Brasil o fenômeno aumentou ainda mais a vulnerabilidade, sobretudo na população negra, desempregada e com baixo nível de escolaridade. São incontáveis as desigualdades e injustiças que ceifam o direito pleno à dignidade humana. No primeiro trimestre de 2021, o número de desempregados ultrapassou 15 milhões. Como parâmetro de comparação, na década de 80, a taxa de desemprego era baixa [média de 5% entre 1981 e 1994]. O indicador subiu para uma média de 9,3% entre 1995 e 2014. Com a crise econômica que se seguiu, a taxa de desemprego média entre 2014 e 2019 atingiu 11,4%. No período de 1995 a 2019, a taxa média foi de desemprego foi de 9,7%. No atual contexto, lamentavelmente, este é um dos enormes desafios para o próximo governante da nação.

#### O QUE NOS ORIENTA E MOBILIZA

- *Quais são os impactos sociais e políticos da fome no mundo, e como ela pode ser enfrentada, seja em nível nacional, seja a partir do território?*
- *Quais situações têm sido vivenciadas no âmbito da segurança alimentar e nutricional; do acesso à água e ao saneamento básico; das condições de moradia; do sistema de mobilidade urbana; das diversas formas de violência; dos direitos trabalhistas e do nível de empregabilidade e renda; da educação pública; da cultura e lazer; das diversas formas de desigualdade, seja de classe social, de raça, gênero ou território; do meio ambiente e dos demais processos sociais e históricos que impactam o cotidiano do povo brasileiro e repercutem na saúde individual e coletiva, demandando atuação do SUS?*
- *Como as demais políticas públicas podem ser fortalecidas para a promoção da saúde no país, e como pode acontecer a interação dessas políticas com o SUS?*

#### PROPOSTAS

- Combater a fome e a desnutrição em todos os ciclos de vida, com atenção especial à infância e aos idosos, enfrentando de forma resoluta a volta do Brasil ao mapa da fome.
- Retomar a política de estoque regulatório de alimentos.
- Relacionar as pautas nacionais e locais às questões de ordem global, como a crise ecológica, a financeirização e o imperialismo, as disputas geopolíticas, que condicionam e impactam nossa realidade e a busca por superação de nossas mazelas sociais.
- Proteger o planeta da degradação por meio do incentivo ao consumo e à produção sustentáveis (agricultura familiar e agroecologia).
- Fortalecer a agricultura familiar camponesa e urbana (hortas comunitárias), com políticas de crédito com redução de juros e acesso a mercados justos, assim como

assistência técnica agroecológica, com a valorização de todos os membros da unidade familiar, potencializando a geração de renda, a segurança alimentar e nutricional, e a promoção da saúde.

- Enfrentar o agronegócio e realizar a reforma agrária.
- Reduzir o uso de agrotóxicos para a produção de alimentos da população brasileira, eliminando a exposição crônica dos trabalhadores a essas e outras substâncias nocivas à saúde, como o amianto e o benzeno.
- Revisar e/ou revogar medidas que promoveram retrocessos nas conquistas ambientais, sociais e trabalhistas, a exemplo da desregulação e desmonte das políticas públicas ambientais e sociais, a reforma trabalhista e previdenciária.
- Ampliar a proteção social, trabalhista e previdenciária, com especial atenção aos trabalhadores domésticos, do teletrabalho e aqueles mediados por plataformas digitais, combatendo a informalidade do trabalho.
- Incentivar a gestão sustentável dos recursos naturais, visando diminuir os efeitos climáticos.
- Monitorar de forma participativa as consequências de desastres ambientais, com medidas adequadas de proteção aos atingidos e de prevenção de novas tragédias criminosas, como as ocorridas nas barragens de Brumadinho e Mariana.
- Implantar uma política de renda básica universal.
- Retomar a política de valorização real do salário mínimo.
- Fomentar e apoiar o desenvolvimento sustentável com geração de empregos de qualidade.
- Reduzir a jornada de trabalho.
- Ampliar o olhar sobre o conceito de trabalhador, inserindo as mulheres dona de casa e os cuidadores informais de familiares.
- Implementar a taxação de exportações.
- Universalizar o saneamento básico.

- Investir prioritariamente no desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para o desenvolvimento nacional orientado à tecnociência solidária - com destaque ao princípio da Economia Solidária -, como estratégia de fortalecimento do eixo central do CEIS.
- Valorizar a pós-graduação e a pesquisa em saúde para a transformação da vida da população, com ampliação de investimentos para as pesquisas e os pesquisadores.
- Fomentar projetos de pesquisa e de educação da saúde da população LGBT e do povo negro.

## EIXO 7: POLÍTICAS DE SAÚDE PARA GRUPOS VULNERABILIZADOS

Em um ambiente ainda pandêmico com grave ameaça à vida, a forma de combater as necropolíticas atuais consiste em radicalizar a Defesa da Vida, como palavra de ordem capaz de unificar todos os setores das políticas de cuidado, caracterizadas por oferecer proteção aos grupos populacionais historicamente discriminados. A Defesa da Vida envolve a luta pela paz, contra o patriarcado, por políticas antirracistas, decoloniais, anti-LGBTQIA+fóbicas, anticapacitistas, antimanicomiais, entre outras. Não há democracia, cidadania e justiça social sem compromisso público de reconhecimento das especificidades e necessidades de populações vulnerabilizadas.

Para que o Brasil se torne realmente um país justo e inclusivo será necessário mitigar e eliminar as inaceitáveis iniquidades de gênero, raça/etnia e classe social que afetam direta e negativamente a saúde destes grupos. Assim, as políticas econômicas, sociais, assistenciais de saúde e de segurança pública devem priorizá-los e ser adequadamente financiadas.

### O QUE NOS ORIENTA E MOBILIZA

- *Quais grupos populacionais têm vivenciado dificuldades no acesso ao SUS? E quais têm sido as dificuldades vivenciadas? (avaliar globalmente e nas particularidades de cada território de organização dos serviços)*
- *Que políticas do SUS sofreram retrocessos? E como devem ser recuperadas, fortalecidas/reconstruídas, ampliadas e/ou implementadas? (avaliar globalmente e nas particularidades de cada território de organização dos serviços)*
- *No âmbito do trabalho dos profissionais de saúde, o que é necessário para a qualificação das práticas em saúde dos grupos populacionais vulnerabilizados?*

### PROPOSTAS

- Reconhecer as especificidades de cada grupo populacional vulnerabilizado relacionadas às suas condições concretas de vidas, à classe social, ao gênero, raça/etnia, religião e trabalho, desenvolvendo políticas de equidade e ações intersetoriais e interseccionais voltadas a cuidar de forma integral das mulheres; da população negra; da população LGBTQIA+; dos povos originários ou historicamente marginalizadas, como indígenas, quilombolas, caiçaras, ciganos; das populações do campo, das florestas e das águas; do povo das periferias, favelas, ocupações urbanas e os que vivem em situação de rua; dos imigrantes e refugiados; da população privada de liberdade e dos adolescentes em conflito com a lei; das pessoas com doenças raras e as com deficiências; dos trabalhadores e trabalhadoras sexuais e demais segmentos sociais vulnerabilizados, invisibilizados ou até mesmo exterminados pelo atual modo de organização e reprodução da sociedade.
- Fortalecer as lutas contra o capacitismo, as opressões, o racismo e a violência contra as mulheres em suas diversas expressões (sexual, obstétrica etc).
- Ampliar as políticas de inclusão real das pessoas com deficiência.
- Combater a violência nos territórios, que impacta na saúde mental, no bem viver e na sobrevivência das pessoas.
- Combater a heterossexualização das mulheres e homens.
- Implementar a Política nacional de saúde integral da população negra, até hoje não concretizada, visando combater as desigualdades sociais e fortalecer a luta antirracista no SUS.

- Fortalecer o cuidado a pessoas com doenças raras, desde o diagnóstico precoce ao acesso a tratamento e a tecnologias, dispondo de centros de referência e de protocolos clínicos e assistenciais, criando redes de segmento para essa população, bem como educação continuada para profissionais de saúde da rede SUS atenderem às especificidades relativas a essas doenças.
- Desenvolver no âmbito dos territórios políticas de informação, formação e comunicação em saúde, com base na Educação Popular, para potencializar a consciência crítica e o exercício do direito de cidadania, sobretudo das pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade.
- Ter como referencial na construção de políticas voltadas para os territórios urbanos as propostas constantes no relatório da III Conferência livre de saúde de Manguinhos (Rio de Janeiro/RJ: por políticas públicas saudáveis e sustentáveis, de julho de 2021).